

Cuiabá-MT, 04 e 05 de setembro de 2013

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

Brasília, 30 de agosto de 2013

Conselheiros de Saúde aprovam moção de apoio ao Mais Médicos

Conselheiros Nacionais, Estaduais e Municipais de Saúde aprovaram moção de apoio ao Programa Mais Médicos e repudiam a forma como os profissionais estrangeiros, que vieram ao Brasil para participar do programa, foram recebidos por alguns grupos contrários ao programa.

A moção foi aprovada durante o *2º Encontro Nacional de Articulação e Fortalecimento do Controle Social no SUS*, realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2013 pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), em Brasília.

O Programa Mais Médicos é uma medida emergencial que prevê a vinda dos médicos estrangeiros ao Brasil para prestar atenção à saúde das populações dos municípios que não contam com a assistência médica ou onde esta é insuficiente.

Confira abaixo a moção:

MOÇÃO

Os Conselheiros Nacionais, Estaduais e Municipais de Saúde reunidos no 2º Encontro Nacional de Articulação e Fortalecimento do Controle Social no SUS, realizado em 28 e 29 de agosto de 2013, em Brasília, **expressam apoio** ao programa emergencial que prevê a vinda dos médicos estrangeiros que estão chegando ao Brasil para prestar atenção à saúde das populações dos municípios que não contam com a assistência médica ou onde esta é insuficiente, como nas periferias das grandes cidades e municípios do interior.

Da mesma forma **repudiamos** a hostilidade a estes profissionais, dedicada por alguns grupos insatisfeitos, chegando ao absurdo de presenciarmos atitudes preconceituosas e até de xenofobia. Infelizmente, este comportamento não reflete a intenção de diálogo com vistas à solução de dilemas que devem ser tratados em curto prazo, tendo como foco o acesso universal, integral e com qualidade à saúde pública, direito constitucional assegurado a todos os brasileiros.

Os Conselheiros de Saúde entendem que as insatisfações com as políticas públicas traduzidas nestas decisões de governo, devem ser discutidas nos espaços onde as representações da sociedade e do governo estão presentes, nos conselhos de saúde nas três esferas de gestão do SUS.

2º Encontro Nacional de Articulação e Fortalecimento do Controle Social no SUS, realizado em 28 e 29 de agosto de 2013

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Quinta, 05 de setembro de 2013, 14h21

decisão judicial

Governo deve repassar R\$4,4 milhões ao Fundo Estadual de Saúde

Da Redação

O Estado de Mato Grosso terá que editar em até sete dias, após intimação, decreto orçamentário no valor mínimo de R\$ 4.400.506,00 milhões que será destinado ao Fundo Estadual de Saúde. A verba deve ser depositada na conta bancária correspondente, sob pena de bloqueio de valores dos cofres públicos estaduais e de verbas destinadas aos serviços considerados não essenciais.

A liminar foi concedida em recurso de agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público Estadual (MPE), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Cuiabá, contra decisão proferida pela Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular.

De acordo com o promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes, o montante se refere à redução dos recursos destinados aos serviços de saúde pública em relação ao ano passado.

Conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA 2013) prevista em 28 de dezembro de 2012 foi fixado em recursos para a saúde pública o valor de quase R\$ 983 milhões (R\$ 982.608.214,00).

Já a LOA 2012, fixada em 28 de dezembro de 2011, previu pouco mais de R\$ 987 milhões (R\$987.008.720,00). Diante dos números, observa-se que orçamento deste ano em relação ao ano passado sofreu redução de quase R\$ 4,5 milhões na área da saúde.

Conforme consta na ação do MPE, as restrições dos serviços de saúde evidencia o privilégio para serviços não essenciais. “A atuação do Estado de Mato Grosso, ao reduzir verbas da saúde, ao mesmo tempo em que por escolha pessoal do gestor, aumentou as verbas para serviços não essenciais como a publicidade

oficial e o custeio do poder legislativo viola o princípio de proibição do retrocesso social, elemento básico de nosso ordenamento jurídico”, destaca Guedes.

O promotor de Justiça acredita que a decisão da Terceira Câmara Cível de Mato Grosso é inédita em nível nacional.

Na liminar, a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro também proibiu o Estado de realizar nova redução dos valores destinados aos serviços públicos de saúde, devendo, ao mesmo tempo, manter os percentuais orçamentários mínimos para o custeio do SUS, na forma do art. 6º da LC nº 141/2012.

No entendimento da desembargadora, a medida busca assegurar a eficácia do comando judicial voltado à preservação da vida das pessoas e da saúde pública, com fundamento no art. 461, parágrafo 5º do Código de Processo Civil.

A decisão destaca ainda o sucateamento dos serviços públicos de saúde, que tem resultado na judicialização da saúde pública, gerando um acúmulo de todas as instâncias do Poder Judiciário, através das pretensões de garantia de concretização do referido direito social e do direito fundamental à vida.

Os recursos a serem suplementados para a saúde devem sair de investimentos considerados não essenciais, como, por exemplo, reserva de contingência e dos serviços de publicidade institucional que tiveram um incremento orçamentário de quase R\$ 7 milhões, se comparado a LOA/2012 – LOA/2013.

A decisão foi proferida na última quarta-feira (04).

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

Brasília, 04 de setembro de 2013

CIST discute 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador



A Comissão Intersectorial da Saúde do Trabalhador (CIST), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), realizou a 88ª Reunião ordinária nos dias 2 e 3 de setembro.

As atribuições e desafios da Comissão foi um dos pontos de pauta tratados na RO que discutiu o papel da CIST enquanto espaço de controle social no SUS, a conformação da CIST pelo país e o funcionamento e organização da CIST nacional na atual gestão. Para tratar do tema, foram convidados como palestrantes Olga Rios, da Secretaria de Vigilância em Saúde/MS, Maria da Graça Hoefel, professora da UnB e o conselheiro nacional de Saúde, Geordeci Menezes de Souza, também coordenador da Comissão.



Outro importante ponto de pauta foi o processo de aprovação e início da construção da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, proposta para ser realizada em 2014 com o tema *Saúde do Trabalhador, dever do Estado*. A proposta da Conferência será apresentada na RO de setembro, dias 11 e 12, do Pleno do CNS, assim como a proposta de composição da comissão executiva e organizadora da Conferência.

Fotos: Luiz Parahyba - ASCOM/SE/CNS *Clique para acessá-las em alta qualidade.*

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

Presidente do CNS fala sobre atual conjuntura da saúde à ABRASCO

A Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Socorro Souza, concedeu, semana passada, uma entrevista à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) sobre a atual conjuntura da saúde pública no Brasil.

A entrevista faz parte de uma série de minientrevistas com os participantes *do VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde*, promovido pela ABRASCO, que acontece entre os dias 13 e 17 de novembro, no Rio de Janeiro.

Veja abaixo:

Série Especial Minientrevistas VI CBCSHS – Maria do Socorro de Souza



Maria do Socorro de Souza:

Assessora de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Maria do Socorro é a primeira mulher e usuária do Sistema Único de Saúde a ocupar a presidência do [Conselho Nacional de Saúde](#) (CNS).

Abrasco: Desde o início das manifestações de Junho, as pautas e temas relacionados à saúde ganharam visibilidade como nunca antes no Brasil. O debate saiu da fila do SUS e agora abarca outras questões. Como a senhora percebe essa ampliação no debate social?

Maria do Socorro: As mobilizações de junho mostraram que o efeito do SUS na vida do povo brasileiro, após 25 anos de sua implementação, é menor do que o esperado. Ao clamarem por uma saúde padrão FIFA mostram que - apesar da conquista legal da saúde como dever do Estado e direito de todos cidadãos - , vivemos no dia a dia muitas dificuldades para garantir esse direito. A conjuntura favoreceu esse destaque da saúde na agenda da sociedade, do governo, do Congresso Nacional e da mídia, ainda que a partir de temas emergenciais, como o Programa Mais Médico e Mais Saúde; polêmicos e complexos, como a Lei do Ato Médico; alguns de cunho conservador, como a internação compulsória, a cura gay e o Estatuto do Nascituro; e outros importantes para o resgate da credibilidade e legitimidade do SUS perante a sociedade, como o Serviço Civil Obrigatório, a Lei de Responsabilidade Sanitária e a Lei de Iniciativa Popular por 10% da Receita Corrente Bruta da União. Contudo, a velha saga por que passa diariamente a população continua no campo da assistência médica, consagrada pelas filas presenciais e virtuais nos pronto-socorros, ambulatórios e hospitais, mostrando como ainda é baixa capacidade da gestão pública em responder de forma resolutiva às demandas de saúde da população.

Abrasco - Como a sociedade civil e os poderes republicanos podem e devem enfrentar os gargalos da saúde em nosso país?

Maria do Socorro: As ruas mostraram que a saúde deve ser tratada pelo Estado e pela sociedade brasileira como prioridade nacional, e que sua solução passa pelo resgate da credibilidade e legitimidade do SUS, pela afirmação da saúde como política social importante para o desenvolvimento do país e para o pacto de democracia e cidadania brasileira. Superar as antigas heranças, os limites impostos pela política econômica do país, e apontar soluções definitivas para consolidar o SUS exige determinação política dos poderes republicanos nos três níveis, em especial do governo federal e do Congresso Nacional. Significa encontrar

solução para um financiamento adequado, formulação e implementação de plano de cargos, carreiras e salários para os profissionais de saúde, e uma qualificação para que a gestão pública seja eficiente, transparente e democrática de modo a combater a corrupção e todas formas de privatização. Mas uma condição para isso é certa: a permanente mobilização e a pressão popular.

Abrasco - Qual é a importância da Academia (entendendo-a pela comunidade de professores, pesquisadores e estudantes) e das suas entidades científicas, como a Abrasco, debaterem os grandes temas sociedade brasileira em seus encontros, como é o caso do VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde?

Maria do Socorro: A produção do conhecimento no setor saúde por entidades como a Abrasco, CEBES, Sociedade Brasileira de Bioética, Rede Unida, Fiocruz, dentre tantas outras, tem contribuído para fundamentar e qualificar a luta política em defesa do SUS e para o avanço do desenvolvimento científico e tecnológico do setor. Isso é possível porque essas entidades científicas têm assumido postura crítica, autônoma e propositiva frente às medidas governamentais. Sua contribuição, contudo, ganha maior envergadura a medida que rompem os muros do academicismo e ganham capilaridade junto às organizações de trabalhadores da saúde, movimentos sociais, setores populares. É necessário articular esses temas e dele produzir ações no interior das esferas do controle social da saúde, para assim ajudar a superar as contradições e as tensões da luta política no dia-a-dia, fazendo valer o interesse público e a satisfação das necessidades de saúde do povo brasileiro.

Série Especial Minientrevistas VI CBCSHS – Madel Luz



Madel Therezinha Luz

Formada em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado em Sociologia pela Université Catholique de Louvain e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Madel Luz é um dos grandes nomes no debate sobre a produção científica em Saúde Coletiva e Epistemologia da ciência. Atualmente é professora titular aposentada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da UFRJ, mas prossegue colaborando com essas instituições e também com programas de pós-graduação da UFF e da UFRGS.

Abrasco: Como a senhora entende o debate do produtivismo dentro da atividade científica, acadêmica e universitária?

Madel Therezinha Luz: Desde o início da minha vivência dedicada ao conhecimento em 35 anos de trabalho, me preocupei com esta questão. Vivemos um ambiente acadêmico e universitário notoriamente produtivista e competitivo. Logo, é vital pensar em como criar espaços para a troca de saberes e conhecimentos num processo que envolva pesquisadores

titulares e professores e também pesquisadores em iniciação e alunos. Que tipo de orientações tomar, recusar e o que visar entre o que se ensina e se pesquisa. Esta é uma preocupação legítima, tendo em vista o quão comum estão em nosso meio formas hostis à produção interior e íntegra dos acadêmicos. Cabe então a reflexão e a busca por um modelo diferente, respeitoso e solidário em relação ao outro, aos pares e, se possível, construtivo, auxiliando as pessoas a fazerem seus próprios caminhos neste mundo sem abafar o desenvolvimento profissional alheio.

Abrasco: Como enfrentar esta questão no dia a dia das universidades e centros de pesquisa?

Madel Therezinha Luz: A primeira coisa é exercitar uma diminuição do ego, uma natureza que logo aparece no contato com os intelectuais. Tentar diminuir isso ao mínimo para permitir o desenvolvimento do outro, seja um colega, um orientando, um aluno. Sair do individualismo e pensar com os outros, para assim criar um pensamento coletivo que não quer agarrar nada para si, mas ofertar um produto bom para todos. Não querer eliminar os adversários como os pugilistas, mas sim desenvolver uma compreensão como a dos maratonistas, que competem consigo mesmos. Se conseguirmos ter um pouco dessa postura, podemos diminuir o produtivismo individualista na academia. É um desafio para produzir mais, melhor e com solidariedade.

Abrasco: Qual é a importância do VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde debater este tema?

Madel Therezinha Luz: A universidade e as instituições de pesquisa são habitualmente fechadas em si mesmas. Sou budista, e meu mestre, que foi professor universitário de Física por 25 anos, diz que o lugar mais difícil para esse tipo de troca é a universidade. Ao mesmo tempo, a academia é um lugar único por produzir conhecimento apoiado na ciência. Não é bom para a saúde dos homens competir, mas sim buscar um mundo mais fraterno e solidário. Mudar essas formas de produzir causam um impacto profundo, tanto para a universidade como para a sociedade. É da sociedade que vem as mensagens para a academia mudar, se mudar. Participar de um congresso como o de Ciências Sociais e Humanas em

Saúde que traz esta mensagem para o conjunto das ciências, suas instituições e associações é muito importante.

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

CNS na 5ª Semana Social Brasileira



Acontece esta semana, de 2 a 5 de setembro, a 5ª Semana Social Brasileira, em Brasília. O evento, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos de Brasília (CNBB), reúne pastorais sociais e movimentos sociais com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira a questionar sobre os serviços ofertados pelo Estado e de reforçar os mecanismos de controle do Estado, mediante a ampliação e universalização da democracia participativa e direta para além da democracia representativa.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) está representado no encontro pelo conselheiro Sebastião Geraldo Venâncio, da Pastoral da Saúde, que participou da mesa do dia 3 junto com representantes do Movimento Passe Livre e outros. “É preciso discutir ainda mais o acesso à saúde”, ressaltou o conselheiro nacional de saúde. Segundo ele muito já se evoluiu com a 8ª Conferência Nacional de Saúde

quando foi dito ao Estado que era necessário mudar o conceito de saúde como doença e foi colocado o Sistema Único de Saúde (SUS) para suprir as necessidades de saúde, entendido desde então, também, como bem estar social.

Fotos: Rafael Bicalho - ASCOM/SE/CNS. *Clique para acessá-las em alta qualidade.*

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Quinta, 05 de setembro de 2013, 15h07
instabilidade na saúde

Mauri Rodrigues se diz surpreso com rumores de saída

Marianna Marimon, repórter do GD

O secretário de Saúde, Mauri Rodrigues, após reunião na Assembleia Legislativa, ontem (4) em que foi convocado para prestar esclarecimentos acerca de denúncia do deputado federal Pedro Henry (PP) de que ocorreriam desvios na pasta, declarou estar “surpreso” com a informação de que seria substituído da secretaria de Saúde pelo médico cardiologista Jorge Lafetá.

Conforme Mauri, esta informação é nova, ao ser questionado sobre sua permanência à frente da pasta. “Eu fico até surpreso com esta informação, porque estou aqui em nome da Secretaria, e isto é novidade para mim”, disse o secretário, negando a possível saída.

Desde que assumiu a gestão da saúde, Mauri Rodrigues está na corda bamba, de um lado pressão dos deputados do PP, que o indicaram, e pediram a sua saída, e sem serem atendidos, romperam com o governo Silval Barbosa (PMDB). Do outro lado, desgastes naturais pela morosidade da saúde no Estado, falta de atendimento, leitos, cirurgias, e pressão popular para pôr fim ao atual modelo de gestão da saúde pública, as Organizações Sociais de Saúde (OSS).

Os rumores de que Mauri não permaneceria à frente da Secretaria, circulam desde fevereiro, quando assumiu o cargo. Sem ceder a pressão, o governador protelou qualquer troca na saúde, e quando os deputados pediram a queda de Mauri, Silval alegou que a “dança das cadeiras nas secretarias não atendia aos interesses do Estado”.

Nos bastidores, sua substituição era dada como certa, sendo que Lafetá é assessor especial da Secretaria de Saúde, que cuida das OSSs e médico pessoal do governador.

Na Secretaria de Saúde, funcionários reclamam da conduta do gestor, sendo que nesta semana Rony Abreu Munhoz, assessor de gabinete de Mauri, pediu exoneração do cargo, e informações constam que houve atrito entre o gestor e o assessor. O secretário tentaria demover o assessor da demissão, que ainda não foi publicada no Diário Oficial.

Após a reunião na Comissão de Saúde ontem (4), a base governista saiu em defesa da permanência do secretário na pasta. Presidente em exercício da Assembleia, deputado Romoaldo Junior (PMDB) destacou competência e honestidade no perfil de Mauri.

O secretário afirmou que está realizando um bom trabalho à frente da pasta, mas que precisa de tempo para demonstrar as ações na saúde. Mauri também voltou a lembrar que “está secretário”, em uma alusão a possibilidade de mudanças na pasta.

FONTE: WWW.MIDIANEWS.COM.BR
POLÍTICA / REPASSES ATRASADOS

05.09.2013 | 08h26 - Atualizado em 05.09.2013 | 10h29
Tamanho do texto A- A+

AMM anuncia calendário de pagamento dos recursos da saúde

Governo ainda deve R\$ 23 milhões aos municípios

Mayke Toscano/Secom-MT

Governador Silval Barbosa e Chiquinho do Posto fecham acordo sobre pagamentos

DA REDAÇÃO

Após meses de negociação entre a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e o Governo do Estado, foi definido o calendário de pagamento aos municípios dos restos a pagar da Saúde referentes a 2012. Foi elaborado um cronograma de repasse dos R\$ 23 milhões programados para este segundo semestre.

A transferência começou a ser feita em agosto, quando foi feito o pagamento para 63 municípios que tinham crédito a receber até R\$ 75 mil. Neste mês de setembro, o repasse será feito para 37 municípios que têm a receber até R\$ 130 mil.

Em outubro, mais 20 prefeituras com crédito até R\$ 350 mil serão contempladas. Em novembro, os recursos serão destinados às cidades que têm a receber mais de R\$ 350 mil. Esse cronograma não inclui Cuiabá e Várzea Grande, que já receberam o dinheiro.

O presidente da AMM, Valdecir Luiz Colle, o "Chiquinho do Posto" (PSD), disse que o atendimento da saúde é um grande desafio e que o dinheiro será importante, principalmente para os municípios menores. Chiquinho anunciou que outra prioridade é voltar a discutir a lei 9.870/2012, que estabeleceu cortes no repasse da saúde, principalmente na atenção básica. "Vamos nos mobilizar para que os municípios não sejam prejudicados com o corte nos recursos, pois as perdas afetam diretamente o atendimento da população", assinalou.

O presidente anunciou que o repasse referente a 2013 está em dia. Chiquinho ressaltou que o governo fez o compromisso e cumpriu com os prefeitos. Com esta liberação, os prefeitos fecharão suas contas em relação aos restos a pagar da Saúde.

A negociação para a quitação dos débitos foi iniciada no início de 2013. Após assumir a presidência da AMM, em fevereiro, Chiquinho iniciou uma ampla articulação com o governo do estado para colocar a transferência em dia, considerando as dificuldades dos municípios. Ele se reuniu com os secretários de estado de Saúde, e da Casa Civil, Pedro Nadaf, para discutir um cronograma de pagamento. Os presidentes de consórcios de Saúde também participaram de uma reunião com o secretário de Saúde para negociar o pagamento dos recursos atrasados.

Em reunião com o governador Silval Barbosa (PMDB), ficou definido que os municípios receberiam 50% dos restos a pagar da saúde referentes a 2012 e a outra metade seria paga neste segundo semestre.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / RECURSOS DA SAÚDE

04.09.2013 | 10h45 - Atualizado em 04.09.2013 | 17h02
Tamanho do texto A- A+

Silval diz que o próprio Henry tem que provar denúncia

Governador mandou instalar auditoria na Saúde, diz site Olhar Direto

O governador Silval Barbosa, que irá auditar repasses da Saúde

DA REDAÇÃO

O governador Silval Barbosa (PMDB) reagiu à acusação, feita pelo deputado federal Pedro Henry (PP), de que o Estado teria usado recursos da ordem de R\$ 37 milhões, que deveriam ser utilizados no Hospital Regional de Sinop, com outras finalidades.

Ele considerou que o próprio Henry, que foi secretário de Saúde, tem que provar a veracidade da denúncia.

“Ele que tem que dar explicação. Ele que estava lá na Secretaria de Saúde. Tinha que ir lá na Assembleia e explicar o que ocorreu na secretaria”, afirmou, na manhã de hoje (04), ao repórter **Vinícius Tavares**, do site **Olhar Direto**, em Brasília.

Segundo disse ao site, Silval irá instalar uma auditoria nas contas da Secretaria de Saúde para apurar a denúncia.

“Vou pedir para que auditoria entre, coloque quatro ou cinco auditores, e dê prioridade. Que se faça um levantamento de tudo que ocorreu, com base nesta denúncia que ele traz a público”, disse Silval.

Henry, condenado a 7 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por participar do Mensalão, foi o responsável pela implantação das Organizações Sociais de Saúde (OSS) em Mato Grosso.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / CRIANÇAS

04.09.2013 | 16h38 - Atualizado em 04.09.2013 | 16h49
Tamanho do texto A- A+

Saúde inicia distribuição da vacina tetraviral aos municípios

A meta mensal é aplicar em Mato Grosso 4.260 doses

MidiaNews

A vacina tetra viral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela) substituirá a vacina tríplice viral

DA REDAÇÃO

O Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), está ampliando o Calendário Básico de Vacinação da Criança em 2013, com a introdução da vacina tetra viral que evita complicações, como óbitos e as doenças sarampo, caxumba e rubéola.

A Secretaria de Estado de Saúde inicia a distribuição de doses da vacina. A meta mensal é

aplicar em Mato Grosso 4.260 doses abrangendo crianças na faixa etária de até 15 meses - somente para aquelas que tomaram a 1ª dose da Tríplice Viral. O Estado recebeu seis mil doses da nova vacina no dia 29 de agosto e iniciou a distribuição para os Escritórios Regionais de Saúde, conforme rotina de entrega mensal.

A vacina tetra viral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela) substituirá a vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) exclusivamente para as crianças de até 15 meses de idade. Assim, o PNI visa reduzir o número de injeções em um mesmo momento, bem como melhorar a adesão à vacinação.

A varicela é uma doença aguda e altamente contagiosa, caracterizada pelo surgimento de lesões cutâneas polimorfas, podendo ser acompanhada de febre moderada e outros sintomas sistêmicos leves. Ela pode ocorrer durante todo o ano, com picos de incidência nos meses entre agosto e novembro.

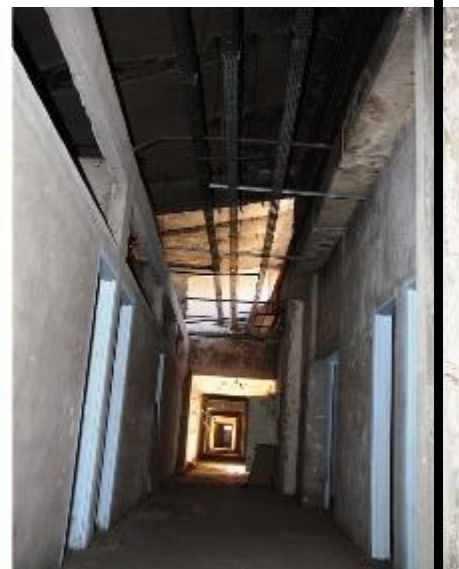
Fonte: www.24horasnews.com.br

05/09/2013 14:16:41

Ícone do “caos na saúde”, obras superfaturadas do Hospital Central seguem há décadas paradas

Redação 24 Horas News

A- A A+



O Ministério Público Federal enviou requerimento à Justiça Federal para que intime o Governo de Mato Grosso a comprovar a realização de uma nova licitação para concluir imediatamente as obras do Hospital

Central de Cuiabá, que estão abandonadas há mais de uma década. Os escombros do que seria uma unidade de saúde, erguida no Centro Político Administrativo do Estado, é considerado uma espécie de 'ícone' do caos que ocorre na saúde pública. A obra foi iniciada na década de 80, abandonada nos anos 90.

Em 2003 o MPF propôs uma ação civil pública pedindo a condenação dos responsáveis pelo superfaturamento e pelo desvio de US\$ 14 milhões a devolução do dinheiro aos cofres públicos e a obrigação do Governo do Estado de concluir as obras do hospital. Em 2010, o juiz federal José Pires da Cunha determinou que fosse feita a restituição integral de todas as verbas públicas federais que foram repassadas pela União, destinadas à execução das obras na gestão do ex-governador Jayme Campos, atual senador da República.

Além do ex-governador são réus o ex-secretário de Obras, Sérgio Navarro Vieira, três sócios-proprietários da Aquário Engenharia, Anildo Lima Barros, Paulo Sérgio Costa Moura e Vera Inês da Silva Campos Barros, e também a Eldorado Construções e Obras de Terraplanagem, integrante do grupo empresarial Aquário Engenharia

A Justiça Federal também sentenciou o Estado a concluir as obras do Hospital Central. O requerimento agora refere-se justamente a 'Execução Provisória da Sentença Condenatória no Tocante às Obrigações de Fazer'. Na época, o Estado chegou a propor recursos para mudar a sentença, mas todos foram indeferidos, mantendo-se a condenação dos envolvidos nos termos da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal.

“Não há qualquer decisão judicial que suspenda os efeitos da sentença que condenou o Governo do Estado a concluir o hospital. Enquanto a saúde pública está em crise e pessoas são atendidas nos corredores sem o mínimo de dignidade, a obra completamente abandonada do Hospital Central de Cuiabá vira um monumento à corrupção, ao descaso e à ineficiência da gestão pública”, afirma o procurador Marco Antonio Ghannage Barbosa.

De acordo com a ação, a construção do hospital foi dividida em três etapas. A primeira etapa foi concluída ainda na década de 1980 e a origem dos recursos para o custeio desta etapa são desconhecidos e a documentação referente a ela, de acordo com a ação, nunca foi encontrada. Para a execução da segunda e terceira etapas da obra – responsáveis por 71,42% e 20,63% do total da obra, respectivamente -, o Governo do Estado e a União, por intermédio do extinto Inamps, celebraram um convênio para o repasse de verbas federais.

A totalidade das verbas foram liberadas, mas, de acordo com a ação do MPF, somente a primeira etapa da obra foi cumprida de acordo com o planejado. Na segunda e terceira etapas, apenas parte dos serviços foram executados.

O superfaturamento dos itens da obra que ocorreu na recomposição do contrato celebrado entre o Governo do Estado e a construtora. Nesta repactuação, cujo objetivo era ajustar os preços iniciais (de 1986) aos valores de mercado praticados à época da celebração do convênio com o Inamps (em 1991), ocorreu o superfaturamento de 561,59% segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), fato também confirmado já no processo judicial pelo perito do juízo (mais de 500% conforme afirma o perito designado pelo juiz já no curso da ação). Assim, o contrato que inicialmente tinha valor equivalente a US\$ 3,825,807.79 (dólares americanos), com o realinhamento de preços alcançou o patamar equivalente a US\$ 14,118,998.57 (dólares americanos).

Fonte: www.24horasnews.com.br

04/09/2013 19:00:00

Secretário de Saúde desmente Pedro Henry e diz que recursos foram repassados para os municípios

Jonas Jozino e Rubens de Souza

Da Redação

A- A A+

O secretário de Saúde Mauri Rodrigues negou em oitiva desta quarta-feira, na Assembleia Legislativa, o sumiço de R\$ 37 milhões que deveriam ter sido investidos na saúde de Sinop, como denunciou na terça-feira o deputado federal Pedro Henry (PP). Mauri confirmou que o dinheiro, repassado pelo Ministério da Saúde ficou na Secretaria Estadual de Saúde que adquiriu remédios, equipes e fez o repasse para outros municípios.

Ao ser solicitado para dar esclarecimento sobre o sumiço dos R\$ 37 milhões, Mauri Rodrigues disse aos parlamentares que é secretário estadual de Saúde e que não está secretário de Saúde de Sinop. “Os recursos foram destinados para a Saúde do Estado. Nós como gestores não podemos pensar apenas em um município de Mato Grosso, mas para todos os municípios do Estado”, esclareceu.

Em duas horas de conversas com os deputados, Mauri Rodrigues esclareceu que os Os recursos são provenientes de portaria do Ministério da Saúde que repassa R\$ 66 milhões/ano para serem investidos nas três unidades de alta e media complexidade, sendo em Sinop, Alta Floresta e Várzea Grande. Este valor corresponde a 70% dos investimentos, sendo que o Estado deveria dar a contrapartida de 30%.

Segundo o secretário destes valores, R\$ 2,115 milhões mensais são para o Hospital Metropolitano de Várzea Grande, R\$2,5 milhões mensais para o Hospital Albert Sabin de Alta Floresta, e os repasses para o Hospital de Sinop deveriam estar no patamar de R\$3,415 milhões mensais, conforme preceitua a resolução da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Mato Grosso (CIB/MT).

Mauri Rodrigues apresentou declarações divergentes sobre os valores que deixaram de ser investidos em Sinop, que desde abril deveria estar recebendo R\$ 3,415 milhões, mas continua a receber apenas R\$ 1,540 mi. O secretário afirmou que o restante do recurso estaria sendo aplicado nas duas outras unidades e em outro momento, destacou que o recurso era compartilhado com mais outras 30 unidades do Estado. Mauri ainda ressaltou que a portaria não especifica os valores que devem ser investidos em cada unidade, mas a resolução da CIB deixa claro os repasses para cada unidade.

O secretário chegou a afirmar que é "correta a decisão de repassar o restante dos valores para outras unidades de saúde". "Se o hospital recebesse o recurso teria que devolver, pois, não está funcionando plenamente, então, remanejamos os recursos para outras unidades. Se o problema é esse, então repassamos os valores para Sinop, mas vamos ter que verificar onde estão estes recursos. Se tiver que responder judicialmente, é o ônus do cargo", afirmou.

Fonte: www.24horasnews.com.br

05/09/2013 15:36:00

TRT bloqueia R\$ 36 mil do Consórcio de Saúde para pagar médico

Redação 24 Horas News

A- A A+

Mais de R\$ 36 mil foram bloqueados do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Mato-grossense para pagamento de dívida trabalhista com um médico. A entidade administra o Hospital Regional de Colíder. A ordem da Presidência do TRT/MT foi dada por falta de pagamento de um precatório que se arrasta sem solução desde 2008.

A decisão de mandar bloquear o dinheiro nas contas bancárias da instituição ocorreu após descumprimento de acordo homologado e também pela falta de inclusão no orçamento da entidade, conforme prevê a legislação.

O débito total do Consórcio é de 113 mil reais. O bloqueio das verbas são realizados através de do sistema BancenJud. Novas tentativas para bloquear as verbas vão continuar até atingir o total do débito.

Processo tem 10 anos

A ação trabalhista que gerou o precatório foi proposta por um anestesista que atuou por mais de quatro anos no Hospital Regional de Colíder. O crédito do médico, apurado após julgamento pelo Tribunal, foi de pouco mais de 95 mil reais.

Como se trata de entidade que gere recursos públicos, a execução da dívida deve ser feita via precatório. Assim, em junho de 2008 foi encaminhado para o Consórcio o ofício precatório requisitando a numerário.

Após todos esses anos sem que o valor tenha sido lançado no orçamento e pago ao credor, em novembro de 2012 foi aceito pelo juiz, em audiência, uma proposta pela qual o Consórcio se comprometeu a pagar a dívida em seis parcela de pouco mais de 18 mil reais.

O Consórcio não pagou nem a primeira parcela, vindo logo depois com um pedido de que fosse agendada audiência com o procurador do Estado, um vez que o Estado de Mato Grosso não estava repassando as verbas orçadas para a entidade.

Também o credor, por seu advogado, pediu a nulidade do acordo, por não ter participada do audiência e requereu a o sequestro dos valores nas contas do devedor.

Adveio novo pedido do Consórcio para pedir o não sequestro de dinheiro e propondo no audiência para acordo. Na audiência, em 02 de março de 2013, foi dado prazo de 30 dias para que fosse feito o pagamento ou prestar informações sobre a não alocação no orçamento do valores requisitados.

Em 19 de abril o Consórcio peticionou ao Tribunal, alegando que o Estado deve mais de 300 mil reais em repasses e se propôs a quitação da dívida em parcelas mensais de 10 mil reais.

Em sequência o processo foi remetido à Procuradoria Regional do Trabalho que ofereceu parecer favorável ao sequestro dos valores, que resultou na ordem para que os valores fossem bloqueados pelo sistema BacenJud.

Fonte: www.rdnews.com.br

[WEB TV](#) | 04/09/2013 - 13:40

Nesta 5ª, RDTV traz detalhes da oitiva com secretário de Saúde de MT

Talita Ormond

Assembleia Legislativa de Mato Grosso

O **RDTV** desta quinta (05) traz todos os detalhes da oitiva do secretário de Saúde de Mato Grosso Mauri Rodrigues (PP), que prestou esclarecimentos aos deputados na Assembleia Legislativa (ALMT) sobre os gastos realizados pela pasta, inclusive, os relacionados com o Hospital de Sinop, alvo de denúncia por parte do ex-gestor Pedro Henry (PP).

Além disso, as pequenas reuniões registradas pelas lentes do **RDTV** durante a sessão matutina. Confira também as novidades apontadas no último relatório apresentado pelo Tribunal de Contas (TCE-MT) sobre o andamento das obras da Copa-2014.

Ainda uma entrevista ao vivo com o secretário-executivo da Federação Nacional dos Trabalhadores da Construção Pesada (Fenatracoop), Adalberto Galvão, para discorrer sobre a preocupação da entidade sobre o legado deixado pelo Mundial, especialmente em relação aos trabalhadores envolvidos na execução dos projetos.

Para participar do programa, que começa às 8h30, basta acessar o endereço www.tv.rdnews.com.br ou clicar no botão **RDTV** disponível no topo do **portal RDNews**. A população da Baixada Cuiabana pode acompanhar a transmissão, no mesmo horário, por meio da **TV Mato Grosso (canal 27)**.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política MT**

04/09/2013 - 13:25

Deputado afirma que trocar secretário de Saúde não vai tirar foco das denúncias

Da Redação - Jardel P. Arruda

O deputado estadual Ademir Brunetto (PT) afirmou que mesmo caso o governador Silval Barbosa (PMDB) concretize a troca do secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, pelo atual assessor especial Jorge Lafetá, a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (AL) vai continuar a investigar as denúncias de desvio de verbas na pasta.

Leia

também:

Ou eu sou muito burro ou o governador é muito incompetente, critica Walter Rabello Silval determina auditoria sobre desvios na Saúde e convida Henry a provar denúncias

Mauri Rodrigues deve comparecer a Assembleia legislativa na tarde de quarta-feira (4) para prestar esclarecimentos sobre a suposta não integralização dos aportes de recursos federais destinados para Saúde em Mato Grosso e outros possíveis desvios de verbas denunciadas pelo ex-secretário de Saúde e deputado federal Pedro Henry (PP) – que foi condenado pelo Mensalão.

“Ele pode trocar o Mauri. Jorge por Lafetá. Mas isso não vai mudar nosso foco. Vamos continuar investigando”, afirmou o parlamentar, em entrevista após usar a tribuna da AL para defender esse mesmo ponto de vista. Para ele, existem fortes indícios de um crime doloso contra o Estado.

A ponderação do parlamentar foi feita após o Olhar Direto divulgar a praticamente acertada exoneração de Mauri Rodrigues e o acerto com o médico Jorge Lafetá, atual assessor especial da Secretaria de Saúde. Entretanto, a mudança não interferiria na convocação do atual secretário.

“Ele precisa vir para esclarecer algumas coisas. Não minha opinião isso é um crime doloso que estão cometendo contra a saúde de Mato Grosso, principalmente contra Sinop. Isso para mim é uma improbidade grave. O governo vai ter que recompor os repasses imediatamente ou vai ser denunciado no Ministério Público”, argumentou, a respeito da suposta não integralização dos recursos federais.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quinta, 05 de setembro de 2013, 14h04

Tamanho do texto A- A+

COMPRAS DO GOVERNO

Secretaria de Saúde gasta R\$ 7 milhões na compra de água e gás

Aquisição é para abastecer estrutura da SES e suas unidades descentralizadas

PAULO COELHO

A Secretaria de Saúde do Estado (SES) vai gastar R\$ 7,3 milhões em água e gás nos próximos 12 meses, prazo de vigência do contrato 041/2013, assinado com a empresa Gasolini Comércio e Serviço Ltda.

Essa aquisição, acrescentada de vasilhames de água e gás, tem finalidade de abastecer somente a estrutura da SES e suas unidades descentralizadas.

Mensalmente, desde o último dia 24 de julho, a Gasolini, cuja ata de registro de preço foi aderida sob o número 030/2012/Sad, receberá do governo de Mato Grosso cerca de R\$ 600 mil para fornecer gás e água mineral à secretaria. Essa contratação foi publicada na edição do *Diário Oficial do Estado* com data de ontem e que circula nessa quinta-feira (5).

AQUISIÇÕES PARA SINOP

O secretário Mauri Rodrigues confirmou a deputados estaduais na quarta-feira que a SES comprou cerca de R\$ 7 milhões em equipamentos, com recursos federais, cujo destino original, seria o hospital regional de Sinop (a 500 quilômetros ao Norte de Cuiabá) e que essa aquisição ficou retida em Cuiabá.

Rodrigues alegou que o hospital de Sinop não oferecia condições de segurança para os equipamentos, onde dentre os quais constam mais de 80 camas hospitalares, dezenas de ventiladores e desfibriladores cardíacos.

"Foi decisão de gestão, esses equipamentos estão guardados aqui em Cuiabá, lacrados em caixa, pois não teríamos essa garantia se tivessem seguido para Sinop, onde o hospital regional ainda não está pronto", apontou o secretário, durante suas explicações à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quinta, 05 de setembro de 2013, 09h27

Tamanho do texto A- A+

PRESSÃO NA SAÚDE

Secretário Mauri nega saída, mas assessor dele pede exoneração

Deputados sabatinaram secretário Mauri Rodrigues na comissão de saúde da Assembleia Legislativa. Nessa semana, um dos principais assessores de gabinete do secretário, Rony Abreu Munhoz, pediu exoneração do cargo.

PAULO COELHO

O secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues Lima, alegou desconhecer a intenção do governador Silval Barbosa (PMDB) de exonerá-lo do cargo, por conta das denúncias apresentadas pelo deputado federal Pedro Henry (PP), que apontou "desvio" de recursos federais do destino original (Sinop) para outras finalidades da gestão da secretaria.

"Ele (Silval) não me disse absolutamente nada quanto a isso, mas eu vivo no cargo um dia cada vez. Não faço planejamento de longo prazo, o cargo é do governador e somente a ele cabe essa decisão", disse Mauri.

Nessa semana, um dos principais assessores de gabinete do secretário, Rony Abreu Munhoz, pediu exoneração do cargo.

Conforme apurou **HiperNotícias**, Munhoz entregou o cargo por "não estar mais aguentando" a relação truncada com o secretário, no que se refere a procedimentos internos da SES, como o acúmulo de documentos processuais sobre a mesa do secretário.

"Ele saiu daqui (da Secretaria) há dois dias, garantindo que não volta mais", afirmou à reportagem, uma servidora ligada ao gabinete de Mauri e que pediu para não ser identificada. Mauri Rodrigues ainda tenta demover seu assessor de gabinete, cuja exoneração ainda não foi publicada no *Diário Oficial do Estado*, da ideia de deixar a SES.

Sobre sua própria permanência à frente da Secretaria, Mauri alegou que pela relação de confiança que foi estabelecida entre ele e o governador e diante daquilo que lhe foi atribuído como missão, "está tudo bem, até onde eu sei, mas quem decide isso é o governador, eu acordo todo dia às seis horas da manhã e começo a trabalhar logo em seguida, tenho 24 anos ininterruptos de vida pública e sempre cumpro meus cargos de cabeça erguida".

EXPLANAÇÃO

Para o líder do governo na Assembleia, Jota Barreto (PR), o secretário Mauri deixou claro, em suas explicações, que está agindo de forma legal, e que "não há o que contestar quanto à honestidade deste secretário".

Porém, para o petista Ademir Brunetto, "ficou claro o sinal de que tenha havido improbidade, já que os recursos federais não foram aplicados como deveriam e tiveram outro destino, bem diferente do que foi firmado em contrato, ou seja, ele misturou tudo

e confundiu mais ainda”.

Para o presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, Antonio Azambuja (PP), Mauri Rodrigues não conseguiu explicar os motivos que o levaram a deixar de repassar os recursos do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 38 milhões para o hospital regional de Sinop.

Desse montante, conforme denúncia de Henry, apenas R\$ 17,2 milhões foram remanejados para aquela unidade hospitalar, ou seja, quase R\$ 21 milhões teriam sido “desviados para destinos ainda não sabidos”, além do fato de o Estado não ter honrado com a contrapartida prevista no convênio com o ministério, que seria de 30% do valor acordado, o que daria cerca de R\$ 16 milhões.

“Como recursos pra lá (Sinop), se lá não está produzindo, não está pronto? Se eu repassar corremos o sério risco de termos que devolver esse dinheiro ao ministério que, cobra prestação de conta dos gastos”, argumentou Mauri Rodrigues.

O Hospital Regional de Sinop foi construído ainda na gestão do ex-prefeito e deputado federal Nilson Leitão (PSDB) e há quase cinco anos, nem prefeitura e nem governo do Estado conseguiram colocá-lo pra funcionar (integralmente), mesmo terceirizando essa responsabilidade para uma Organização Social de Saúde (OSS).

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quarta, 04 de setembro de 2013, 18h18

Tamanho do texto A- A+

SAÚDE QUESTIONADA

Clima esquentado entre deputados e secretário de saúde Mauri

O ponto central do debate foi sobre o repasse do governo para hospital de Sinop

TÉO MENESES E JONAS DA SILVA

O clima esquentou na reunião de prestação de contas do secretário Mauri Rodrigues Lima a deputados estaduais na Comissão de Saúde nesse momento na Assembleia Legislativa. A sabatina do secretário encerrou após duas horas de debate.

Há pouco, o secretário chegou a bater boca com o presidente da comissão, deputado Antônio Azambuja. “Vocês não têm competência para tocar a saúde”, cobrou o parlamentar, sentado ao lado do secretário. O ponto central foi o repasse do governo para Sinop.

Os ânimos de acirraram após deputados da bancada do governo culpar que os deputados do PP agir de forma “tendenciosa a reunião para prejudicar o secretário Mauri”. Para provar seu comprometimento com o hospital de Sinop, o secretário Mauri falou que “naquele lugar tem sangue meu, ajudei a construir”. Ele foi secretário municipal.

O ponto central do debate são os repasses de cerca de R\$ 21 milhões que deixaram de

ser passados para o hospital regional de Sinop, como denunciou o ex-secretário de Saúde e deputado federal condenado pelo Mensalão, Pedro Henry (PP).

O deputado Baiano Filho (PMDB) chegou a abandonar a reunião da comissão e retornou depois. "Assim nós não vamos a lugar nenhum cambada", desabafou.

O PP, liderado pelo deputado Azambuja, insistiu o tempo todo sobre os desvios de recursos com relação ao hospital regional de Sinop.

PRIVILÉGIO

O deputado Dilmar Dal 'Bosco (DEM) tachou o secretário e o governo de "incompetente". Ele acusou o governo de aumentar recursos em Sinop na campanha eleitoral do ano passado para beneficiar o prefeito reeleito Juarez Costa (PMDB), candidato do governador e seu concorrente.

"Não vou aceitar tipo de acusação, que incompetente eu não sou", rebateu Mauri. O secretário afirmou que não houve desvio de recursos para os casos dos hospitais regionais públicos de Sinop, Metropolitano, de Várzea Grande, e Albert Sabin, de Alta Floresta.

Ele explicou que cerca de R\$ 5,5 milhões para as três unidades foi repassado para outros hospitais com administração para o governo, com garantia de reposição. O argumento é de que os recursos não poderiam ser encaminhados porque o hospital de Sinop não estava pronto.

(Atualizada às 19h19)

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quarta, 04 de setembro de 2013, 17h51

Tamanho do texto [A-](#) [A+](#)

Sem caução

O Hospital Santa Rosa está proibido de exigir cheque caução, nota promissória, duplicatas, cartão de crédito ou depósitos de qualquer natureza, como condição para efetuar o atendimento e a internação de doentes em situação de risco de morte iminente, urgência e emergência. A unidade de saúde deve ainda fixar informativos sobre a proibição em locais de fácil acesso e visualização dos usuários. A multa em caso de descumprimento foi fixada em 20 mil reais. As informações são da Assessoria do Tribunal de Justiça de MT.

FONTE: WWW.SONOTICIAS.COM.BR

POLÍTICA

05 de Setembro de 2013 - 13:43

Deputado quer crematório de animais em MT para evitar proliferação de doenças

Fonte: Assessoria

O deputado Dilmar Dal Bosco (DEM) propôs o tratamento térmico por cremação de animais mortos provenientes de estabelecimentos de ensino e pesquisa e de assistência à saúde veterinária, sediados no Estado de Mato Grosso. A mesma proposta vale para casos não submetidos à processos de experimentação com inoculação de microorganismo, assim também sobre tratamento térmico por cremação das peças anatômicas (membros, órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos do ser humano, produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal, e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares, provenientes de estabelecimento de assistência à saúde, de ensino e pesquisa.

Em sua justificativa, o parlamentar alega a prevenção e a precaução enquanto medidas aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. De acordo com Dilmar o projeto de lei é também, um instrumento de reconhecimento e controle do inerente potencial de risco biológico, químico, radioativo de acidentes causados por materiais perfurantes e cortantes destes resíduos.

A proposta prevê a minimização de riscos ocupacionais, ambientais e de saúde pública derivados do manuseio de resíduos dos Grupos A2, A3 e A4, dado seu potencial de risco biológico devido à presença de agentes etiológicos nem sempre de inequívoca manifestação clínica prévia ou associada à própria "causa mortis".

É competência dos Sistemas Municipais de Limpeza Urbana locais ou consorciados; de execução direta, por empreita ou por concessão, no estabelecimento das normas, operações e

condicionantes dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde.

Os resíduos de serviços de saúde são classificados pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 358/2005 e RDC Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA 306/2004 e suas atualizações, como pertencentes aos grupos.

Segundo o projeto de lei, a cremação será pelo processo de tratamento térmico de redução de restos mortais por desidratação e combustão, ao fim do qual a matéria orgânica constitutiva dos corpos é integralmente consumida, eliminando qualquer risco de contaminação ou propagação de agentes etiológicos efetiva ou potencialmente presentes na matéria de origem. As cinzas resultantes do processo -ossos calcinados- são absolutamente inertes, uma vez constituídas da matriz mineral.

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

05 de Setembro de 2013 - 07:06

Sinop, Alta Floresta e mais 24 inscritas na 2ª fase do Mais Médicos

Fonte: Só Notícias/Weverton Correa

O Ministério da Saúde divulgou a relação dos municípios brasileiros inscritos na segunda etapa do Programa Mais Médicos, que visa levar profissionais onde há poucos e ausência. No Mato Grosso foram solicitadas 46 vagas em 26 cidades, sendo a maioria delas para Alta Floresta, com 6 solicitações. Sinop e Feliz Natal também estão com uma, cada.

A lista aponta para Campo Verde e Vila Rica foram solicitadas quatro vagas, enquanto para Juara e Primeira do Leste, três em cada. Em Cotriguaçu, Juruena, Rosário Oeste, Tabaporã e Tapurah foram registradas duas solicitações, enquanto para Apiacás, Barra do Garças, Canabrava do norte, Castanheira, Curvelândia, Indivaí, Nova Marilândia Novo Horizonte do Norte, Poxoréu,

Ribeirãozinho, Salto do Céu, São José do Xingu, São Pedro da Cipa e Vila Bela da Santíssima Trindade, uma vaga, em cada.

Conforme o ministério, a segunda etapa também contou com a inscrição de outros 3.016 profissionais, dos quais 1.414 têm diplomas do Brasil e 1.602 são formados no exterior, de 65 nacionalidades diferentes. Neste grupo, 951 profissionais - 541 com diploma brasileiro e 410 formados no exterior - já completaram todas as informações solicitadas para a inscrição. O restante só poderá escolher os municípios onde desejam atuar quando concluir o cadastro.

O ministério informou que os médicos participantes tinham até ontem para indicar seis opções de municípios, em ordem decrescente de preferência. Cada escolha deverá contemplar um dos seguintes perfis: cidades com 20% de sua população vivendo em extrema pobreza; municípios com mais de 80 mil habitantes, mas baixa receita pública per capita; capitais; regiões metropolitanas; distritos de saúde indígena; e localidades que não se encaixam nestas categorias.

Fonte: www.sonoticias.com.br

POLÍTICA

04 de Setembro de 2013 - 21:26

Comissão de Saúde ouve secretário Mauri e convoca diretor do hospital de Sinop

Fonte: Só Notícias com assessoria

O diretor administrativo da Fundação Santo Antonio, Organização Social de Saúde (OSS) que administra o hospital regional de Sinop, Wellington Arantes, foi convocado pela Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa, pra prestar esclarecimento sobre recursos públicos repassados e não repassados à unidade. Hoje, o secretário estadual de Saúde Mauri Rodrigues (PP), prestou esclarecimentos sobre declarações feitas pelo deputado federal

Pedro Henry sobre suposto 'desvio' de repasses de verbas de custeio do Ministério da Saúde à unidade sinopense.

Henry disse à comissão, ontem, que de maio até agora o Estado deveria ter repassado ao hospital R\$ 54,6 milhões entre verbas federais e contrapartida, porém, segundo ele, não é o que vem acontecendo e haveria desvio de recursos no valor de R\$ 17 milhões. Sobre a acusação de desvio, Mauri desafiou à quem queira comprovar.

O secretário disse que as ações estabelecidas pela secretaria de Saúde foram as devidas e colocou recursos onde se está produzindo, como o Albert Sabin de Alta Floresta, o Metropolitano de Várzea Grande. Segundo ele, só quando o hospital de Sinop estiver em plena atividade o Estado terá que disponibilizar mais recursos porque se o repasse for feito agora o hospital terá que devolver porque não está em funcionamento.

Sobre o contrato e o termo aditivo que firmaram convênio de R\$ 182 milhões, de forma parcelada, e que desde março seriam de R\$ 3 milhões mês, ele disse que os recursos foram repassados e cerca de R\$ 2 milhões se encontram em caixa. Os recursos estão sendo repassados para hospitais em funcionamento. Cerca de 32 unidades, entre elas o Metropolitano de Várzea Grande.

"Secretário o senhor não cumpriu o termo aditivo que está assinado e o senhor tem que cumprir", disse o presidente da comissão de saúde, Antônio Azambuja. Já o deputado Dilmar Dal Bosco avaliou que a falta de cumprimento do convênio e do termo de ajustamento demonstra que o convênio foi feito para dar sustentação à então candidatura do atual prefeito que é do mesmo partido do governador, o PMDB. Em resposta, Mauri disse que o dinheiro está sendo aplicado, mas nas áreas que funcionam efetivamente o que não inclui o hospital de Sinop.

O secretário também falou sobre suspeitas de que equipamentos que estão armazenados em Cuiabá estariam aguardando momento político para serem entregues. Segundo ele, o aguardo se dá em razão de que caso as caixas sejam abertas perde-se a garantia. Ainda de acordo com ele, os equipamentos serão entregues quando a unidade estiver concluída.

A sabatina contou com as presenças dos deputados Antônio Azambuja, Sebastião Rezende, Baiano Filho, Pedro Satélite, José Domingos Fraga, Nininho, Tetê Bezerra, Luciane Bezerra, Ademir Brunetto, Dilmar Dal Bosco e J. Barreto, além do suplente Candido Araújo que assume o parlamento amanhã, às 10 horas em substituição á Zeca Viana, licenciado.

Fonte: www.odocumento.com.br

Política

Governador pede liberação de R\$ 6,5 milhões para hospitais em Mato Grosso

04/09/2013 - 18h31

A- A+

Da Redação

Com o apoio do presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, correligionário do PMDB, o deputado Carlos Bezerra, acompanhado do governador Silval Barbosa, entregou ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pedido de liberação de recursos para hospitais em seis municípios de Mato Grosso.

A reunião aconteceu na presidência da Câmara. Segundo Bezerra, o ministro prometeu avaliar e ver o que será possível atender. No total, são R\$ 6,7 milhões para compra de equipamentos e reformas.

Os hospitais a serem atendidos são dos municípios de São Félix do Araguaia, Vila Rica, Campo Novo do Parecis, Ribeirão Cascalheira, Jaciara e Terra Nova do Norte.

Ambulâncias

Bezerra encaminhou, ainda, um pedido de 200 ambulâncias para os municípios. O ministro afirmou que, diante da demanda do Estado, o governo irá destinar 68 Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). O governo do Estado definirá os municípios que receberão os veículos.

“Existe uma enorme carência de ambulâncias em todo o Estado. A maioria das que existem está sucateada. Esse é um problema que precisamos resolver”, disse Bezerra.